

As Ciências da Comunicação e Informação no Espaço Ibero-Americano: inércia e evolução

ARMANDO MALHEIRO DA SILVA

armando.malheiro@gmail.com
FLUP/CETAC.Media

Resumo

Nesta comunicação, pretende-se analisar o processo em curso, não obstante uma inércia natural e forte, de implementação de um campo académico-institucional e epistemológico, inspirado genericamente no modelo francês das *Sciences de l'Information et Communication* (SIC), instituído a partir de 1974, e formado com base no “tronco” das Ciências da Comunicação, surgido nos anos oitenta e consagrado na tabela das áreas científicas, adotada pela Fundação para a Ciência e Tecnologia-FCT. Esse campo é o das Ciências da Comunicação e Informação, que se está a formar em Portugal, sem que se possa garantir a sua imediata expansão por Espanha e pelo Brasil, e isto é assim, porque a prática dominante tem sido a de reunir departamentos de CI e de Jornalismo e CC debaixo da mesma Escola ou Faculdade, tanto em Espanha como no Brasil, sem que haja qualquer agenda comum de partilha intensa de disciplinas dos diferentes cursos, nem de projetos concretos de investigação teórica e aplicada. Traça-se uma panorâmica que explica a situação existente, mas, também justifica a necessidade de se fazer diferente em futuro, que não se deseja distante, e esboça-se uma orientação clara de promover o diálogo e a discussão epistemológicos necessários para que o campo se consolide em Portugal e seja transposto com sucesso para a realidade do País vizinho e do País irmão.

Palavras-Chave: Ciências da Comunicação e Informação; Portugal; Espanha; Brasil

ACASO E NECESSIDADE...

Se considerarmos o problema pelo ângulo estritamente profissional e com base no senso comum, não se percebe a razão pela qual a área da comunicação deve ter uma relação estreita com a atividade informacional, na medida em que os profissionais do setor comunicacional (desde a imprensa tradicional à rádio, televisão e multimédia digital) se assumem como produtores de conteúdos escritos, sonoros e audiovisuais, tal e qual tantos outros profissionais que em seus contextos criam e expõem informação. E se é verdade que para a comunicar precisam tratá-la, ou seja, têm de a classificar, ordenar, “arquivar” e recuperar, estas tarefas técnicas são requisitos próprios de especialistas em prática arquivística, bibliográfica, documental e de gestão da informação. Especialistas que se disponibilizam a exercer as suas competências em todo e qualquer contexto de produção informacional, isto é, trabalham com todo o tipo de produtor/utilizador (prossumidor) de informação e não especificamente com jornalistas e autores/editores de conteúdos audiovisuais.

Do ponto de vista profissional, a aproximação entre “ofício” informacional e o comunicacional é meramente accidental, sem necessidade profunda aparente. Mas, se

mergulharmos no plano epistemológico e examinarmos o objeto de estudo científico da Ciência da Informação e das Ciências da Comunicação¹, emergem similitudes essenciais, desde que sejam desmontadas certas premissas equivocadas:

1. a capacidade simbólica do ser humano esgota-se na capacidade de falar e de comunicar;
2. informação é subsumida pela comunicação, ou só há informação se for comunicada;
3. a informação depende da interpretação produzida pelo recetor, resultando, afinal, de quem interpreta e não de quem a formula.

Estas premissas continuam explícita e implicitamente aceites por intelectuais e especialistas, embora contrariem as pesquisas, mais ou menos recentes, das Ciências Cognitivas e colidam com a auto-análise que cada um pode fazer do que se passa consigo mesmo em matéria info-comunicacional: nem todas as ideias são comunicadas, e isso não impede que não tenham surgido e fiquem registadas na memória pessoal. Se essa ideia corresponder, ou se adequar ao primeiro módulo da definição de informação “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos, símbolos)” (Silva, 2006: 25), então temos informação formulada, mas não externalizada, e só ocorre comunicação quando se opera uma efetiva interação de sentido, ou seja, a representação codificada pelo emissor é recebida (partilhada, entendida e “discutida”) pelo recetor.

Afinal, informação não se confunde com comunicação, mas ambas constituem um só fenómeno complexo, não linear e com “infogénese”, porém sem comunicação em ato, embora esteja sempre em potência. E daqui decorre outra refutação importante: o ato informacional tem autor e este deixa uma marca de sentido que pode ser interpretada de forma mais fiel, ou mais livre, por quem o recebe, como interlocutor, contudo a interpretação de terceiros jamais pode sobrepor-se ao sentido vincado pelo emissor/produtor.

O debate epistemológico torna-se, assim, necessário, porque são removidas aparentes justificativas de um afastamento fenomenológico, que não é verdadeiro. Informação e comunicação são faces da mesma moeda e devem ser exploradas cientificamente como fazendo parte de um só construto teórico e empírico. Procuraremos adiantar, nesta comunicação, elementos para esse debate, entretanto, antes urge traçar uma panorâmica geral da situação institucional da CI e CC, em termos de agregação departamental e escolar nas mais diversas universidades por esse mundo afora. Uma panorâmica que serve, essencialmente, para mostrar que razões político-institucionais, lógicas óbvias de Poder e circunstâncias demasiado acidentais têm determinado a agregação de docentes de CI e de CC debaixo de um só departamento, ou de uma só escola, ou faculdade, sendo quase nulo o debate epistemológico, o qual se faz no caso francês, bastante singular, no entanto, mesmo aí o papel e a presença da CI é reduzida e muito frágil.

¹ Quando falamos de CC estamos a pensar em quê? Não necessariamente no mesmo, mas dando uma ajuda (a possível...), talvez seja isto: Sociologia; Semiótica / Semiologia; Psicologia Cognitiva e Psicologia Social; Informática Aplicada e Multimédia; Jornalismo (seu estatuto científico é controverso); e Design e Ciências do Desenho (também controverso).

UMA PANORÂMICA GERAL

Não se exagera ao afirmar que foi, em França, o surgimento das ciências da informação e comunicação, através de um movimento institucionalizado que alastrou por várias universidades do país e foi secundado sócio-profissionalmente através da criação, em 1974, da *Société Française des Sciences de l'Information et Communication*. Em consequência disto, formou-se uma carreira académica, (re)produziram-se pedagogicamente os seus membros, instituíram-se congressos, lançaram-se publicações (monográficas e periódicas) e, volvido algum tempo potenciador de distanciamento crítico, apareceram balanços gerais de uma experiência não só académica, mas também epistemológica. O rótulo e o conteúdo permanecem uma especificidade francesa...

Jean Meyriat e Bernard Miège consideram que, nos anos sessenta, a teoria da informação e da comunicação, surgida no pós-II Guerra Mundial nos EUA, era ainda quase desconhecida em França, com uma especial exceção: a *École Pratique des Hautes Études*, que através do seu *Centre d'Études des Communications de Masse* (CECMAS) e da revista *Communications*, logo nos seus primeiros números, contribuiu para introduzir e comentar as concepções que estavam sendo expostas e desenvolvidas nas universidades norte-americanas. Por outro lado, o *Institut Français de Presse* (IFP), criado em 1946, no seio do *Institut d'Études Politiques (SciencesPo)* e integrado na Universidade de Paris em 1957, e o *Centre d'Études Littéraires et Scientifiques Appliquées* (CELSA), criado em 1963, no âmbito da *Sorbonne*, fizeram o seu caminho contributivo, embora, de início, muito confinados aos sectores [setores] profissionais específico – a imprensa e as relações públicas.

A ação destas entidades não pode ser omitida, mas os fatores determinantes no surgimento das CIC aparecem do lado da pressão social e da evolução do capitalismo pós-1945, refletidos no ensino secundário e, sobretudo, universitário, cada vez mais desafiado a dar resposta a um mercado que crescia e se diversificava espantosamente. Os debates intelectuais e a produção teórica anterior e posterior a maio de 1968, ainda que muito relevantes, também não tiveram peso superior ao fator institucional educativo.

A criação de vias profissionais e de diplomas específicos, sobretudo a partir de meados da década de sessenta, impulsionou a institucionalização das CIC de uma forma algo heterogênea, formando, porém, um conjunto consistente com as seguintes designações para as especialidades ministradas em diferentes universidades: informação e documentação (entre 1967 e 1974, sem o complemento “aplicadas às empresas ou organizações”), comunicação (posteriormente acrescentada de “organizacional”), jornalismo e “profissões do livro” ou “edição e mercado”.

É interessante notar que o qualificativo “informação” designou, inicialmente, tanto jornalismo como informação competitiva, inteligente ou de empresa, e há que sublinhar, também, que esta formação profissional, desenvolvida para atender às necessidades crescentes do mercado, encontrou nos *Instituts Universitaires de Technologies* (IUT), espaço adequado e pioneiro. Com efeito, foi aí que amadureceram os professores que se tornariam os especialistas de uma disciplina em gestação, e

foi aí, dentro do IUT – departamento *Carrières de l'information* -, que se agruparam todas as profissões que, de uma maneira ou de outra, tinham por matéria um objeto difícil de definir – a informação.

A amplitude e ambiguidade deste conceito axial permitiram agregar saídas profissionais bastante diversas, a ponto de se tornar necessário oferecê-las aos estudantes através de duas grandes opções e criando, dentro delas, cinco sub-opções. Debaixo da opção comunicação surgiram, como variantes, ou ramos, o jornalismo (sob todas as formas), a publicidade (que se deixou de chamar, por efeito de uma “ambiciosa usurpação de sentido”, comunicação) e profissões com designações diversas decorrentes da comunicação empresarial. Por seu turno, a opção documentação foi subdividida em documentação propriamente dita e profissões do livro, nas quais se incluem a atividade editorial, livreira e o trabalho em bibliotecas (Meyriat & Miège, 2002: 46-48).

O modelo formativo e profissionalizante consolidou-se e expandiu-se, instalando-se como oferta em nível de *licence* e *maîtrise* (generalistas em informação e comunicação), bem como em nível de *diplomas de estudos superiores aprofundados*, pelas universidades em geral. E esta expansão e legitimação acadêmicas exigiam, naturalmente, um reforço da credibilidade científica que surgiu, de início, à margem das pressões e das exigências do mercado e da formação especializada de profissionais mais bem preparados e competentes, tendo como protagonistas principais três docentes-investigadores, representando três tendências diferentes no vasto e difuso campo das CIC: Roland Barthes, Robert Escarpit e Jean Meyriat organizaram uma reunião ocorrida, em fevereiro de 1972, na *Maison des Sciences de l'Homme*, em Paris, que contou com a participação de quarenta e quatro pessoas, na maioria universitários. Dessa iniciativa marcante resultou a decisão de criar um comitê das ciências da informação e da comunicação, destinado a obter, junto ao comitê consultivo das universidades, uma nova seção consagrada às CIC, a conseguir o reconhecimento destas como uma especialidade capaz de formar doutorados e a ter lugar entre as seções disciplinares do *Centre National de La Recherche Scientifique* (CNRS).

O comitê criado dedicou-se à missão fundamentadora, do ponto de vista teórico, de precisar os contornos do novo domínio, delimitando as suas fronteiras. Coube-lhe, nomeadamente, distinguir um núcleo de conhecimentos fundamentais, e outro de conhecimentos aplicados. Este aspecto é importante e mostra que a ciência não pode, ou não deve ser instituída, apenas na dimensão acadêmico-institucional, sendo imprescindível atender aos fundamentos epistemológicos. No primeiro núcleo, foram identificadas a semiologia, a sociologia da informação e da comunicação, a história da informação, o estudo dos sistemas jurídicos, económicos e políticos da informação, a teoria da informação, a comunicação de massa (conjunto fluido que, entretanto, passou de moda) e a sociologia da literatura (ramo a que Robert Escarpit, formado e com trabalho reconhecido no estudo da literatura comparada, haveria de ligar o seu nome e esforço, bem evidenciado numa das obras seminais da teorização do campo das CIC – Escarpit, 1991). No segundo núcleo, a par da bibliotecologia

(e/ou biblioteconomia), da documentologia (ou documentação), da filmologia, dos estudos da imprensa, da publicidade ou do *marketing* vemos, também, estudos das relações sociais e da animação sociocultural e as denominadas ciências do espetáculo. Sem dúvida, uma lista muito heteróclita, mas que permitiu uma base de reflexão ulterior bastante profícua.

A linha de rumo para a fundamentação epistemológica fora, assim, dada e, entre outras chegadas relevantes, a criação da *Société Française des Sciences de l'Information et de La Communication* (SFSIC) e a realização dos seus congressos bianuais (o 1º teve lugar em Compiègne, 21 e 22 de abril de 1978) estimularam imenso o seu aprofundamento e maturidade, bem evidenciados, aliás, no documento da 71ª secção do CSU, apresentado em Junho de 1985, em que as CIC são assumidas claramente como um campo interdisciplinar que incide sobre:

- os estudos centrados nas noções de informação e de comunicação, nas suas relações, na natureza dos fenómenos assim designados, bem como nas análises filosóficas, epistemológicas, metodológicas, lógicas, matemáticas destes fenómenos;
- o estudo da informação e do seu conteúdo, das suas propriedades, da sua representação;
- o estudo dos sistemas de informação e dos modelos documentais, informáticos e outros que viessem a ser postos em prática;
- o estudo dos *media* da comunicação sob seus diversos aspectos;
- o estudo do funcionamento dos processos de comunicação das produções e usos da comunicação;
- o estudo dos atores da comunicação e dos agentes do tratamento e da transferência da informação, da sua formação, de suas profissões (cit. em Boure, 2002: 47).

Baseando-se neste elenco de temas e de problemas constitutivos do objeto das CIC e procurando sistematizá-los, numa espécie de manual editado na colecção *La Bibliothèque de l'Étudiant – 1er et 2e cycle* da *Hachette-Supérieur*, Alex Mucchielli reservou uma primeira parte para condensar e expor os “domínios de estudo” das CIC, e uma segunda parte para as diferentes abordagens científicas dos fenómenos da comunicação.

São postos em destaque e analisados quatro “domínios de estudo”: as *novas tecnologias da informação e da comunicação*; os *mass media*; a *comunicação publicitária* (e suas extensões: a *comunicação social* e a *comunicação política*); e a *comunicação de empresa ou comunicação organizacional*. Dentro de cada um é possível perceber a(s) trajetória(s) de pesquisa gizada(s) pelas CIC, que são examinadas de forma sucinta, mas rigorosa. Ora vejamos:

As NTIC constituem um tópico privilegiado de estudo que foi disputado pelas CIC (interdisciplina situada no campo das Ciências Sociais e Humanas) aos tecnólogos e engenheiros. Encadeia-se neste “domínio” uma variedade de aspetos [aspectos?] que correspondem a segmentos de análise fecunda e tipicamente interdisciplinar: digitalização das informações; multimédia e interactividade; acesso a “conhecimento representacional” através da imagem; as redes (a “Numéris” da France Télécom e a Internet); o “cibermundo”; o diálogo homem-computador ou máquina de comunicação; a informação-documentação

eletrônicas; o ensino e a formação baseada nas TIC; a imaginação das TIC; o mito das mudanças psicológicas e sociais provocadas pela tecnologia. Outro tópico central de estudo é a Comunicação de Massas, cuja definição se torna sempre essencial esclarecer e feito isso os tópicos de pesquisa sucedem-se: a audiência de massa, concebível como uma quantidade ampla, indeterminada, heterogênea e anónima de “consumidores” de informação (que não apenas notícias, mas todo o tipo de informação difundida amplamente), tem de ser estudada como factor estruturante da comunicação de massas; os diversos meios de comunicação de massas; a imprensa; a rádio; o cinema e a televisão; os mecanismos de mediação da comunicação de massas; a criação de uma mediocracia, isto é, uma classe que tem acesso aos media; e as ambivalências deontológicas dos mediadores. A comunicação de tipo publicitário, que tem raízes longas, sendo possível recuar até à Antiguidade Clássica ou até período anterior, e que despoletoou pesquisas em várias direções: a Psicologia desenvolveu e ensaiou, a partir dos anos 1930-35, fundar cientificamente a publicidade, visando a explicação do seu funcionamento; e os estudos semiológicos voltaram-se também para os média e para a publicidade. A par destas pesquisas não pode ser esquecida a investigação levada a cabo sobre o segmento da comunicação política, que compreende especificamente a propaganda. A Comunicação de empresa ou comunicação organizacional, definida por Bernard Miège como um conjunto de técnicas de gestão do social, tendo em vista três grandes objetivos: forjar uma identidade forte e valorizada da empresa; favorecer a emergência de uma nova gestão do trabalho; e participar na modernização da produção, das condições e das estruturas de produção (essencialmente com a ajuda das TIC). Trata-se de um segmento que abrange diferentes tipos de comunicação no contexto empresarial: a “comunicação interna”; a “comunicação externa”; a comunicação de crise; a imbricação das práticas. E podemos elencar vários tópicos fortes de pesquisa com suas naturais subdivisões: a comunicação gestonária (*communication managériale*); a mediação organizacional; e a introdução das TIC nas organizações – seu impacto, resistências e adaptações das empresas e do trabalho (Mucchielli, 2006: 13-90).

O mesmo Autor reservou a segunda parte do seu livro para enumerar e explicar de forma condensada, mas clara, as abordagens científicas clássicas e as novas abordagens dos “fenómenos de comunicação”.

Nas clássicas, deparamos as abordagens de matriz psicológica e psicossociológica, que compreendem o paradigma estruturo-expressivo (visa o estudo da personalidade, implica um modelo canónico da expressividade humana e remete para a teoria da emissão), os métodos de análise de conteúdo (a saber: a análise automática das orientações dos discursos, a análise comparativa das tendências dos discursos, os métodos de análise de conteúdo quantitativos e formais, a análise de conteúdo temático ou a pesquisa das constantes nos temas dos discursos, as análises fundadas na recuperação das atitudes nas trocas pessoais, a análise, pela grelha de Bales, das atitudes na comunicação dos grupos, a análise das atitudes no diálogo, através da grelha de Rogers, a análise das “comunicações defensivas”, as análises de conteúdo “interpretativas e reduccionistas”, a análise metafórica psicanalítica e a análise mitográfica) e a abordagem de psicologia social clínica de Palo Alto, que introduziu o paradigma interacionista-sistémico ou sistema de interações, as regras de troca, a mudança sistémica, a intervenção terapêutica, a estratégia de enquadrar e de reenquadrar os fenômenos, a construção das realidades secundárias,

etc. Deparamos ainda as abordagens de origem linguística, cujos traços fortes são: o paradigma semiológico (o objeto de estudo deste paradigma é, em última instância, a comunicação que o recetor capta em sua cabeça e, portanto, emerge a teoria implícita da receção, as análises semânticas e as análises semiológicas de conteúdo. E, por fim, deparamos as abordagens de cariz sociológico, a saber: a funcionalista e a “teoria crítica” ou abordagens críticas (Escola de Frankfurt e a “Escola” Francesa, representada, entre outros, por Bernard Miège, Armand Mattelard, etc.).

Nas novas abordagens, não se pode deixar de ter em conta, mesmo que com reservas e fundadas críticas, a medialogia de Régis Debray, que, muito sucintamente, consiste no estudo das mediações através das quais as ideias tornam-se forças materiais, a abordagem pela “comunicação-processo” através da teoria semio-contextual e a abordagem pela sistêmica das comunicações (corporizada pela École de Béziers, que se propôs ir mais além que Palo Alto, desenhando a modelização sistêmica) (Mucchielli, 2006: 91-150).

Desta sinopse possível das CIC, quanto à evolução e à fundamentação teórico-metodológica, sobressai a sua matriz claramente interdisciplinar, ou de interdisciplina tecida a partir de diferentes e complementares abordagens científicas específicas: trata-se de uma interdisciplina com fronteiras porosas, quer com outras interdisciplinas, nomeadamente as ciências da educação e interciências, como os sistemas de informação e as ciências cognitivas, quer com disciplinas avulsas bem demarcadas. Uma interdisciplina que tem a particularidade de acolher, em seu seio, o que alguns autores, alinhados com a literatura francesa acerca da composição interna deste campo, denominam de documentologia, mas que na terminologia de uso espanhol é documentação e, em Portugal, se diluiu numa designação, entretanto posta em causa como rótulo de um modelo formativo anacrónico e desajustado – as ciências documentais (Silva & Ribeiro, 2002). É, aliás, nítido, no que ficou exposto, o recorte bastante acentuado que afeta o tópico de pesquisa informação-documentação, sendo assumido como uma vertente prática e profissional, sem referências teórico-metodológicas evidentes.

Debaixo das CIC, tem vindo a ser dada atenção formativa, em nível de licenciatura e de pós-graduação, à inteligência competitiva e organizacional desenvolvida como espaço de busca e de implementação de soluções que rentabilizem a produção, a organização e o uso da informação “estratégica” da empresa e apenas essa. É curioso notar que, tendo Yves Le Coadic publicado, em 1994 (e editado em 1996 no Brasil), a sua proposta de uma ciência da informação (CI) com identidade própria e, paradoxalmente, definida como uma das novas interdisciplinas (em que colaboram entre si, principalmente, a psicologia, a linguística, a sociologia, a informática, a matemática, a lógica, a estatística, a eletrónica, a economia, o direito, a filosofia, a política e as telecomunicações), situada na corola da sua metáfora gráfica da flor que agrega, em si, disciplinas práticas ou profissionais, como a biblioteconomia, a documentação, o jornalismo ou a museoeconomia, não se tenha tornado um referencial influente nos manuais ou compêndios, como o de Mucchielli ou o de

Olivesi (2006). A razão que se pode encontrar é a fragilidade óbvia de uma proposta de CI que é ambígua e contraditória, sendo uma ciência específica e uma interdisciplina, e, como tal, parte integrante de uma outra interdisciplina – as CIC!... Não admira, pois, o carácter eminentemente instrumental, tecnicista e redutor com que a noção informação-documentação surge no quadro epistemológico das CIC. São, a este propósito, esclarecedoras as palavras de Jean-Paul Metzger, professor na École Nationale des Sciences de l'Information et Bibliothèques (ENSSIB):

Comme bien d'autres secteurs d'activité et de connaissance, l'information-documentation – notion largement utilisée pour éviter le caractère réducteur du seul terme "documentation" – est à la fois une activité et un objet d'étude et d'analyse. Elle est d'abord une activité de service, qui est fondée sur des compétences et des savoirs, qui fait appel à un matériel et qui s'appuie sur une technologie. Elle est aussi un objet d'enseignement et de recherche, qui englobe les processus d'accès à la documentation et à l'information et les mécanismes de leur traitement, les matériels et les techniques documentaires, les pratiques professionnelles et leurs lieux d'exercice (Metzger, 2006: 43).

Em rigor, não se encontra na paleta de disciplinas científicas que compõem as CIC, uma CI bem demarcada como campo científico próprio, com problemas e temas de pesquisa, e também com teorias, mas antes uma pulverização de atividades e técnicas aplicadas a tipos infodocumentais bem contextualizados (unidades de ciência & tecnologia, indústria, serviços financeiros, seguros, etc.) como a biblioinfometria, as "linguagens documentárias", os estudos de utilizadores, os sistemas de recuperação de informação eletrónica e digital, etc.. Uma pulverização prática que é contraditória com o discurso teórico ou teorizante, inspirado em Paul Otlet, e fundamentado quanto às noções de documento e semidocumento em Escarpit (1991) e Meyriat.

Em 1970, Jean Meyriat definiu documento como um objeto que suporta informação e que serve para comunicá-la, distinguindo, na sequência disto, os documentos "por intenção" e os documentos "por atribuição": aqueles são concebidos expressamente para transmitir informação, sendo essa a intenção clara do autor ou produtor; e estes apenas se tornam documentos a partir do momento em que se busca neles informação, ou seja, os artefatos/objetos naturais só são documentos quando vistos ou encarados como suportes de conhecimento novo, significando isto atribuir-se-lhes carácter documentário (Metzger, 2006: 45). Trata-se de uma conceção que tem feito "escola" entre os docentes e investigadores que assumem estar irmanados no projeto institucional, académico e formativo/profissional das CIC (em França). Mas, se procurarmos ver se a teorização produzida neste âmbito, em que avulta Meyriat, a par de Escarpit, de Barthes ou de Miège, teve vincado acolhimento na produção dos arquivistas e dos bibliotecários públicos franceses, facilmente se percebe não há circulação, nem sequer discussão de idéias entre, pelo menos, estas duas comunidades: a formada em torno da SFSIC e a dos "chartistas", professores, antigos e novos alunos da famosa École National des Chartes (ligada à Sorbonne). A "quarteirização" das disciplinas e profissões tem forte tradição em França e isso nota-se bem no caso em foco.

Este fenómeno ocorre, também, em Espanha com uma singularidade bem mais discreta e dispersa que a francesa, mas que existe nos dois planos: o epistemológico e o académico-institucional.

O esforço de aproximar, em Espanha, a Ciência da Documentação (legado direto de Otlet e Lafontaine e disciplina herdeira da Bibliotecologia/Biblioteconomia setecentistas e oitocentistas), do campo da Comunicação não surgiu deste lado, mas daquele, por razões que se entendem e se ligam com a necessidade óbvia de repensar epistemologicamente um campo de raiz profissional e prático. José López Yepes tem assumido essa tarefa ao longo de uma vasta e significativa obra e do seu papel de docente-investigador na Universidade Complutense de Madrid. A partir de seu reduto teórico e académico institucional, lançou a defesa da Ciência da Informação e Documentação, apropriada da “escola alemã”, através, nomeadamente, de Koblitz, para quem essa disciplina configurava o campo de atividades em informação socializada, cujo propósito é cooperar na eficaz formação de contatos informativos e comunicacionais entre as pessoas no seio da sociedade humana, cujas tarefas específicas consistem em proporcionar informações de alta qualidade a todos os potenciais utilizadores, dotando-os de novos conhecimentos, experiências, conceitos, teorias, hipóteses, etc, de todas as esferas da atividade humana, com base na análise das necessidades do meio em informação documental, assim como a oportuna planificação de informação e de métodos eficientes para a produção, armazenamento, recuperação e disseminação de informação documental de natureza estática e sintética (López Yepes, 2004: 309). Sendo esta a sua matriz e os seus objetivos centrais, ressalta uma natural complementaridade, segundo López Yepes, relativamente às Ciências da Comunicação, como procurou demonstrar, sobretudo, na parte final da sua *Teoría de La Documentación* (1978). Aí termina com uma fórmula definitiva da Ciência da Documentação no âmbito de uma Faculdade denominada *Facultad de Ciencias de La Información*²: Documentação é a ciência geral que tem por objeto o estudo do processo de informação das fontes para a obtenção de conhecimento (processo informatio-documental), no nível comum ou universal, específico das Ciências da Informação, e aplicada ao trabalho informativo (dar notícia, comunicar...) (López-Yepes, 1978: 332).

Na prática académico-institucional, uma pesquisa, através dos *websites* das Universidades públicas e privadas espanholas, revela a pouca adesão que este esforço fundamentador teve até ao momento e se deparamos um ou outro caso de

² Há um dilema semântico que os autores espanhóis não conseguiram superar completamente: a aparente e persistente sinonímia entre informação e comunicação, baseada na aceção etimológica vulgarizada a partir do final do séc. XIX de que informação é o mesmo que imprensa, notícia e jornalismo. A não distinção clara entre os conceitos de informação e comunicação pode levar a que se encontre, por exemplo, na expressão “informação documental” a alusão implícita a comunicação de conteúdos por via de documentos, ou seja, através da materialização desses conteúdos em suporte papel ou digital (documento). José Antonio Moreiro González conduz-nos a esta evidência na sinopse que traçou a respeito dos conceitos de informação e documento: *o objeto manejado são formas físicas, que evidenciam informação, e que denominamos documentos, mas também mensagens e símbolos (desde uma perspectiva semiológica) dados, notícias ou sinais (estes sob clara influência das telecomunicações); submetidos a um processo de armazenamento-organização-tratamento-difusão, para tornar acessível a informação que contém as entidades físicas; em cada um dos passos deste processo intervêm a tecnologia, que facilita o cumprimento dos usos e funções da informação; obtendo-se como consequência a aquisição de conhecimento, o apoio à tomada de decisões, ou qualquer resultado de interação social* (Moreiro González, 2005: 56).

Faculdade de Documentação e Comunicação, como a da Universidade de Múrcia, os cursos organizam-se separadamente, não parecendo haver nem grande partilha de recursos e muito menos estreitos contatos entre os docentes-investigadores das duas áreas científicas, nem projetos de pesquisa comuns. Sem passos concretos dados no sentido de uma aproximação epistémica, torna-se nula a intenção de situar, de forma produtiva, no seio das Ciências da Comunicação.

Em Portugal, a iniciativa de aproximação entre as duas áreas tem estado a ser feita por impulso mais acentuado dos docentes e investigadores em CI, aproveitando, porém, condições académicas e formativas desenvolvidas desde o começo do século na Universidade do Porto, como é ilustrado por um conjunto de fatos sequenciais e precisos.

Em 2000, foi criada a Licenciatura em Ciências da Comunicação: Jornalismo, Assessoria, Multimédia, lecionada em parceria pelas Faculdades de Letras, Engenharia, Economia e Belas-Artes e, em 2001, a Licenciatura em Ciência da Informação, lecionada em parceria pelas Faculdades de Letras e Engenharia. Seguiu-se, naturalmente, a criação do Mestrado em Ciências da Comunicação (2º ciclo em parceria com a FEP) e do Mestrado em Ciência da Informação (2º ciclo em parceria com a FEUP que o administra desde a sua origem, 2008). Em 2008, ocorreu a criação do Curso de Doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais - ICPD, parceria do Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação com o Departamento de Comunicação e Arte da Universidade de Aveiro (3º ciclo, 2008). O Departamento de Jornalismo e Ciências da Comunicação foi, estatutariamente criado em 2003, mas só reuniu condições para se efetivar em 20 de novembro de 2009, com os novos estatutos da FLUP e, antes dessa data, existiu a Seção Autónoma de Jornalismo e Ciências da Comunicação, que reunia os docentes do Curso de CC. A criação da Seção de Ciências Documentais do Departamento de Ciências e Técnicas do Património (formado por História de Arte, Arqueologia, Ciências Documentais e Museologia), em 6 de novembro de 1997, que alteraria o nome, em 29 de Outubro de 2003, para Seção de Ciência da Informação e integraria, conseqüentemente, o DJCC em 2007. A disciplina do 2º ano, 2º semestre Gestão da Informação para a Comunicação, do curso de Ciências da Comunicação, é lecionada há vários anos por uma docente de CI. A Licenciatura em Ciência da Informação é um exemplo concreto da articulação da dimensão institucional (“externa”) com a epistémica (“interna”), na medida em que resultou de discussões e pesquisas teóricas plasmadas no livro *Das “ciências” documentais à ciência da informação* (2002), que incluía em anexo o primeiro plano de estudos, e da existência na FLUP do Curso de Especialização em Ciências Documentais (1985) e, na FEUP, do Mestrado em Gestão da Informação (1997, com a colaboração da Universidade de Sheffield). Por fim, em 2007 o CETAC.COM – Centro de Estudos das Tecnologias, Artes e das Ciências da Comunicação da FLUP (que integrava já dois investigadores de Ciência da Informação da mesma Faculdade) – ganhou um novo nome, novos rostos, novos objetivos e também um novo *website*³

³ Disponível em <http://www.cetacmedia.org/>. Acesso em 12.02.2014).

e, atualmente, está em processo de fusão numa nova Unidade de âmbito nacional CIC.Digital -Centro de Estudos em Comunicação, Informação e Cultura Digital, claramente apostada em consolidar a interdisciplina das CCI em Portugal.

A génese e a evolução da profissão de jornalista, da imprensa à televisão, não foi diferente no Brasil da que se verificou em Portugal e noutros países europeus, ou onde a forte influência europeia se fez sentir, desde, pelo menos, finais do séc. XVIII. No Brasil, essa profissão acompanhou, naturalmente, a dinâmica histórica própria e específica evidenciada tanto no período do Império, como depois nas sucessivas fases da República federativa e presidencialista. A influência norte-americana não deixará de se fazer particularmente sentir, quer no exercício prático da profissão, quer na resposta a uma crescente exigência no modelo formativo. No entanto, levou tempo a evidenciar-se, e basta atentar no seguinte exemplo: a primeira escola de jornalismo do Mundo foi a *Washington College*, fundada na Virgínia, pelo general estado-unidense Robert E. Lee, em 1869, e nas décadas seguintes foram sendo criadas escolas semelhantes em universidades dos EUA e da Europa, mas, no Brasil, a primeira escola só seria fundada em 1947, na cidade de São Paulo, com a designação de Faculdade de Comunicação Social Cásper Líbero. Depois desta, e sobretudo após a instauração da ditadura militar (1964-1985), foram criados os cursos de jornalismo na Universidade de Brasília, em 1966, e do então Instituto de Ciências Humanas e Letras da Universidade Federal de Goiás, em 1968. Outras escolas são a Escola de Comunicações e Artes da Universidade de São Paulo (USP), a Faculdade de Arquitetura, Artes e Comunicação da Universidade Estadual Paulista (Unesp), a Escola de Comunicação da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), o Centro de Comunicação e Letras da Universidade Presbiteriana Mackenzie, o Departamento de Comunicação Social da Universidade de Taubaté, o Instituto de Artes e Comunicação Social da Universidade Federal Fluminense (UFF), a Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação - Fabico - da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), o Centro de Comunicação da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), a Faculdade de Comunicação Social da Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), o Curso de Jornalismo da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS) , fundado em 1989, e a Faculdade de Comunicação Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro (PUC-Rio)⁴. E, deste elenco, importa ressaltar a ECA da USP e a Fabico da UFRGS como dois casos “exóticos”, ou ainda escassos de associação institucional entre a Biblioteconomia-Documentação e a Comunicação, dentro, porém, de uma lógica de estratégias profissionalizantes e de pesquisa bem separadas. Acresce ainda um aspecto importante: a existência, na Fabico e na ECA, de uma CI da matriz fragmentadora e corporativa consagrada, em todo o Brasil, por legislação bastante rígida que regulamenta as graduações em Biblioteconomia-Documentação, Arquivologia e Museologia, mesmo que alojadas em Departamentos rotulados de “Ciência da Informação” – um rótulo sem as implicações epistemológicas da CI transdisciplinar da Universidade do Porto.

⁴ Disponível em http://pt.wikipedia.org/wiki/Escola_de_jornalismo. Acesso em 30.01.2014).

Se prestarmos atenção à agenda de pesquisa, que nessas escolas se foi desenvolvendo, a par de um crescente leque de variantes profissionais (cursos de jornalismo, relações públicas, publicidade/propaganda, cinema, editoração e rádio e tv), não é difícil descobrir a marca tutelar, sobre o campo interdisciplinar das Ciências da Comunicação, de disciplinas como a Sociologia, a Semiologia (de origem francesa), os Estudos Literários e a Linguística, a Psicologia e, inclusive, a Filosofia, marca perceptível nas sessões temáticas do I Congresso da SOPCOM, atrás citado, e replicadas nos vários Encontros Lusófonos da LUSOCOM, associação que reúne os investigadores em Ciências da Comunicação no espaço lusófono: o primeiro realizou-se em Lisboa, 1997; o segundo, em Sergipe, Brasil, em 1998; a partir do terceiro, em 1999, e os seguintes, em Braga. E é, também, perceptível nesta série de eventos, com as suas contribuições teórico-práticas, que os profissionais e investigadores em Documentação-Informação aparecem desarticulados e com achegas que não se imbricam plenamente nas grandes questões de pesquisa dos “comunicólogos”.

O que, por fim, se nota nos países de matriz linguístico-cultural anglo-americana⁵ é o pragmático relacionamento académico-institucional da CI com as Ciências da Comunicação, aparecendo, nomeadamente nos Estados Unidos da América, como parte integrante das *Information Schools*, onde anda associada à vertente tecnológica e à interciência dos Sistemas de Informação. Por um lado, parece que o campo da comunicação tem um espaço próprio com sua identidade epistemológica, mas por outro percebe-se que as tecnologias de informação e comunicação enlaçam esse campo com o da CI e são vários os departamentos e escolas, assim como pós-graduações a enlaçarem os dois, pressupondo até um diálogo teórico-metodológico interno. No entanto, temos de admitir que há modalidades, como a que ocorre no espaço anglo-americano, que carecem de um maior aprofundamento e, por isso, está em curso uma iniciativa no âmbito do GT CI, da Sociedade Portuguesa de Ciências da Comunicação – SOPCOM - que visa, precisamente, constituir um Observatório⁶ que rastreie e monitore todos os casos, em nível mundial, de constituição apenas formal, ou também substancial, do campo interdisciplinar das CCI, de modo a que se possa consolidá-lo e expandi-lo com consistência e coerência internas. Para isso, tem de continuar a ser gerada uma matriz epistemológica mais sólida, capaz de responder a todo o tipo de problemáticas, sendo, sem dúvida, a socialização e a humanização da tecnologia a que convoca empenho prioritário e esforçado.

SUPERAR A INÉRCIA E EVOLUIR...

A palavra inércia não é usada nesta comunicação para fazer apenas um efeito literário e até psicológico, embora possa haver outra mais adequada. À falta de

⁵ Usamos esta expressão e não a habitual “anglo-saxónica” por esta ser mais restritiva e aquela abranger a Grã-Bretanha, os Estados Unidos da América, o Canadá, a Austrália, a Nova Zelândia entre outros.

⁶ Referimo-nos ao ponto 4 do Plano de Atividades do dito GT, relativo à criação de um Observatório do campo científico das Ciências da Comunicação e Informação, iniciado com o mapeamento das escolas em que existe um modelo integrado CC-CI. Os resultados e o próprio Observatório estarão acessíveis, através de plataforma digital, em que se pretende inserir e disponibilizar uma informação quantitativa e qualitativa, permanentemente atualizada.

melhor, ela é usada para assinalar uma atitude que a panorâmica traçada mostra, e os resultados do *Observatório*, em criação, só devem reforçar: salvo lógicas de Poder e razões de sobrevivência acadêmico-institucional, o senso comum mantém um peso forte na postura íntima dos profissionais da informação e dos da comunicação (para estes informação é seu trabalho, entenda-se comunicar informação/notícias), ambos achando que nada de especialmente relevante os aproxima, ou, ainda, que aquilo que os aproxima poderia também levá-los a uma aliança com outros profissionais quaisquer. E, assim sendo, não há que bulir, mexer ou agir em prol de um relacionamento estratégico...

Há, efetivamente, inércia e, quando muito, impasse. Não sendo percebida, ou sequer vislumbrada, uma necessidade profunda, epistémica de relacionamento disciplinar estratégico e estreito, a proximidade institui-se como produto meramente formal ou nominal, assim se mantendo por tempo indeterminado, mas também podendo desaparecer de forma súbita se as circunstâncias externas determinarem a vantagem publicitária de outra designação. Trata-se de um projeto científico e disciplinar preso somente por condicionantes sociais e históricas, muito do agrado da Sociologia da Ciência, para quem a atividade científica é um construto social, o que leva a tornar porosa, e até inexistente, uma eventual fronteira entre ciência e profissão. Nesta perspectiva, leva-se a um ponto extremo o desprezo pela dimensão teórica ou interna das disciplinas, assim como se enfatiza a discussão em torno do objeto e do método que cada uma deve ter. O relativismo cognitivo fundamenta este *nihilismo* epistemológico e muito tem contribuído para que as ciências sociais, já em si mesmas dotadas de uma natureza singular, sejam expulsas ou, pelo menos, discriminadas quando se discute o estatuto e, sobretudo, o financiamento da Ciência. O impasse é, pois, representado pela existência institucional mínima da interdisciplina CCI, sem um sério debate epistemológico tanto interno, quanto no seio das ciências sociais e das ciências em geral.

E um debate desta natureza não pode ser desencadeado de forma nem normativa, nem dogmática, e nem tão pouco positivista. É inútil instituir *a priori* um objeto e um método ideais, com o pleno desprezo pela realidade disciplinar que temos. Uma realidade heterogênea e complexa, que não se muda ou transfigura “por despacho”. No entanto, também não devemos ficar paralisados, nem tão pouco obrigados a seguir a “agenda habitual” que certas “correntes” da Filosofia e da Sociologia têm fixado como moda, de conluio com a Semiologia e a Semiótica.

Precisamos enfrentar e superar dificuldades óbvias e a principal consiste em tornar evidente a necessidade epistemológica da interdisciplina Ciências da Comunicação e Informação. Trata-se de agregar, aos estudos sobre a comunicação, a pesquisa em torno da informação, no pressuposto de que há um fenômeno de base – o info-comunicacional – e que os objetos construídos pela CI e pelas CC são atravessados por conceitos, métodos e problemáticas comuns que devem ser explorados conjuntamente.

O caminho a seguir parece fácil e talvez seja. Segui-lo tem sido impossível... Os colegas que se ocupam, em Portugal, das CC, devido às referências autorais que

adotam e às prioridades teóricas que aceitaram como válidas, têm tardado a vislumbrar este caminho e, por isso, o ignoram. Compreende-se que, assim, tenha sido, mas não terá de ser mais...

Neste item intentamos, apenas, desenhar uma estratégia que nos parece elementar. Intentamos sinalizar conceitos operatórios e problemas que a CI e as CC já andam a usar e a trabalhar em separado, mas, é imperioso que passem a partilhar e a integrar num programa de pesquisa comum.

Convém insistir na ideia de esboço de estratégia, de contributo seminal que funda os alicerces e ergue paredes de um edifício único e diverso.

Por onde começar, então?

Antes de mais, não é dispiciendo trazer à colação a agenda que Bernard Miège teve o cuidado e a oportunidade de apresentar, em 1995, com os pontos fortes a desenvolver pela pesquisa no campo das CC. Não contemplou, obviamente, a perspectiva da CI, mas constitui sempre uma boa base para picotarmos, em cima disso, os pontos de uma sólida convergência interdisciplinar. Tratou-se, afinal, de uma sinopse do trabalho feito e de uma proposta clara para pesquisa futura, a saber: (a) articulação entre os dispositivos tecnológicos da comunicação e a produção das mensagens e do sentido; (b) a “inserção social” das tecnologias e, particularmente, a atividade dos usuários-consumidores no aperfeiçoamento dos dispositivos; (c) a atenção aos “procedimentos” de escrita das mensagens (icónicas, sonoras, gráficas...) e das condições que presidem sua conceção e realização; (d) a “inserção social” das tecnologias e, particularmente, a atividade dos usuários-consumidores no aperfeiçoamento dos dispositivos; (e) a dimensão sociológica, política e económica das atividades informacionais e comunicacionais que dão lugar a inovações e experimentações de novos suportes; e (f) o estudo das mudanças ocorridas nos processos de mediação que, segundo é lembrado oportunamente por Bernard Lamizet, “tem como papel desencadear, no campo dos intercâmbios comunicacionais, relações e formas de comunicação que não se reduzam a formas intersubjectivas, mas que sejam acessíveis e abertas a todos” (cit. em Miège, 2000: 124-125). Em suma, a mediação tem por função evitar que, no campo social, se instaure uma lógica de relações de força.

Entretanto, desde 2008, com o arranque e o desenvolvimento do Programa Doutoral, atrás referido, de Informação e Comunicação em Plataformas Digitais foi sendo traçado um rumo, não inteiramente claro, mas que sinaliza a emergência do campo CCI, através do elenco de teses defendidas, ou em curso, (um total que supera as sete dezenas)⁷. Rumo esse que é possível justapor à agenda de Miège e permite estar, de seguida, alguns aspetos em que urge uma incidência conjunta de reflexão e de operacionalização comum.

⁷ A título indicativo apenas rastreamos os seguintes núcleos temáticos: Gestão da Informação em instituições públicas e em vários tipos de organizações/empresas (a Imprensa está incluída); Mediação e mediadores em instituições patrimoniais ou de memória (Arquivo, Biblioteca e Museu); Mediação tecnológica em diversos contextos; Comportamento Informacional: busca, recuperação e uso; Interação homem e computador (IHC) e análise eyetracking na informação noticiosa e infografia; Ciberjornalismo; Literacia Informacional e Inclusão Digital: exploração deste binómio através de estudos de caso (destaque para o Projeto eLit.pt e tese a finalizar sobre a Formação para a Literacia Informacional no Ensino Politécnico); e Design, multimédia e interfaces: a problemática da usabilidade.

Um aspeto relevante, geralmente pouco tratado ou até ignorado, tem a ver com a sinonímia ou a diferenciação entre cultura e informação. Quando falamos de cibercultura, queremos significar o mesmo que “sociedade da informação”? Na Era da Informação, novo ciclo estrutural de longa duração em que começamos a entrar, pelo menos, desde o final da II Guerra Mundial, não será anacrónico e desajustado falar de cultura? E diante dos equívocos e dos impactos/crises económicas, financeiras e sociais da globalização, será que podemos mumificar, em definitivo, o conceito iluminista de civilização⁸?

Não há dúvida que cultura⁹ e civilização são conceitos datados, surgem com a Modernidade (a partir de meados/finais do séc. XVII) e podem, naturalmente, caducar quanto à sua utilidade operatória. Informação e globalização estão em pauta, com diferentes aceções e em diferentes estratégias discursivas de uso, mas a sua generalização é determinada pela transformação histórica em curso e, por isso, não devem ser recusados. Exame e confronto conceitual é tarefa imperativa no quadro de uma agenda de pesquisa séria em ciências sociais.

Para a CI trans e interdisciplinar (Silva, 2006) tornou-se incontornável confrontar cultura e informação, sobretudo a partir do momento em que é aceite a superação do uso mecanicista que o conceito informação teve na e após a famosa teoria matemática da transmissão de sinais (comunicação) de Claude Shannon e Warren Weaver (1948). O retorno ao étimo *informare*, que significa dar forma, se, por um lado, legitima o sentido que, em oitocentos, emergiu de informação como notícia, também não é menos certo que, de modo mais extenso e radical, informar corresponde a uma representação mental (interna) e materializada ou externa (documento). Ela está na cabeça do sujeito e fora dele. Recuperando este sentido original extenso, fica difícil distinguir cultura de informação. E mais que difícil, demasiado sutil... Senão, vejamos:

Do ponto de vista das ciências sociais (isto é, da sociologia e da antropologia), sobretudo conforme a formulação de Taylor, a cultura é um conjunto de ideias, comportamentos, símbolos e práticas sociais artificiais (isto é, não naturais ou biológicos) aprendidos de geração em geração por meio da vida em sociedade. Essa definição geral pode sofrer mudanças de acordo com a perspectiva teórica do sociólogo ou antropólogo em questão. De acordo com Ralph Linton, “como termo geral, cultura significa a herança social e total da Humanidade; como termo específico, uma cultura significa determinada variante da herança social. (Cultura in Wikipédia: Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Cultura> . Acesso em 5-2-2014); e

⁸ Conceito burilado na Antropologia e na História: “Numa perspectiva evolucionista é o estágio mais avançado de determinada sociedade humana, caracterizada basicamente pela sua fixação ao solo mediante construção de cidades, daí derivar do latim *civita* que designa cidade e *civile* (civil) o seu habitante. Observe-se que essa noção traduz os conceitos etnocêntricos do início da antropologia, onde se contrapõe as sociedades complexas às primitivas. É nesse contexto que também aparece a sequência evolutiva selvajaria - barbárie - civilização, entendida por Gordon Childe como os estágios evolutivos obrigatórios das sociedades antigas desde a passagem de um sistema social/económico/tecnológico de caçadores-coletores (“selvageria”) para agricultores e pastores (“barbárie”) até a concentração em cidades e divisão social (“civilização”). É Gordon Childe que populariza os conceitos de revolução neolítica (ou revolução agrícola) e revolução urbana para marcar a passagem entre tais estágios evolutivos da humanidade” (Civilização. Wikipédia: Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Civilização>. Acesso em 5-2-2014).

⁹ Sobre cultura, a literatura disponível já é vasta, mas para que possamos formar uma síntese diacrónica do conceito e da sua imersão na metamorfose do capitalismo finissecular, veja-se, sobretudo, Hell, 1981; Cuche, 2003; e Warnier, 2008.

Em uso por docentes e alunos de graduação e pós-graduação, em CI na Universidade do Porto, temos a seguinte definição de informação: “conjunto estruturado de representações mentais e emocionais codificadas (signos, símbolos) e modeladas com/pela interação social, passíveis de serem registadas num qualquer suporte material (papel, filme, banda magnética, disco compacto, etc.) e, portanto, comunicadas de forma assíncrona e multi-direccionada” (Silva, 2006: 25).

Representações mentais e emocionais codificadas correspondem, literalmente, ao que Edward B. Taylor entendia como cultura, ou seja, “todo aquele complexo que inclui o conhecimento, as crenças, a arte, a moral, os costumes e todos os outros hábitos e capacidades adquiridos pelo homem como membro da sociedade” (Taylor cit. em Laraia, 2006), ficando em zona algo indefinida essa referência a hábitos e a capacidades, a comportamentos e a práticas sociais transmitidas de geração para geração. Sendo esses hábitos estritamente sociais são representações coletivas criadas pela mente humana em dinâmica grupal e de comunidade, não ficando, assim, fora da definição de informação. Em capítulo, intitulado Informação e Cultura (Silva, 2006: 15-41), o Autor usou a definição de cultura de Edgar Morin, o que lhe permitiu, no final, ensaiar o seguinte exercício interpretativo:

Temos, assim, que o património é uma emanção prática da ideia de cultura, tal como esta se desenvolve no séc. XIX, e neste sentido regressamos à cultura a fim de reformularmos, por nossa conta e risco, a definição proposta por Edgar Morin: há um capital cognitivo, mitológico e ritual (saberes, crenças, normas, proibições, valores) e um capital técnico (saber fazer, práticas, regras). As materializações culturais (objectos e costumes) decorrem deste segundo, enquanto o primeiro absorve o sentido estrito de cultura (letras, artes e ciência), aceite pela generalidade das “escolas” e teorias problematizada em ensaios de fôlego, e absorve, também o de informação, devido a uma óbvia similitude semântica (fig. 3). (...) O objecto de estudo da C.I. aparece, assim, englobado pela concepção mais restrita do cognitivo-mitológico-cultural de cultura (...) (Silva, 2006: 37-38).

Em sentido mais estrito, usando os termos definitórios de Morin, há uma convergência plena dos conceitos de cultura e de informação, podendo achar-se diferenças no que toca ao “capital técnico”, embora mesmo aí, e de acordo com a definição exposta de informação, as diferenças sejam relativas e a interpenetração semântica inevitável: todo o artefato técnico resulta de um mentefato/informação, de uma representação gráfica e verbal que é levada à prática, ou seja, materializada de forma instrumental/funcional. Dos instrumentos oficinais e agrícolas aos costumes e tradições, danças folclóricas e canções, tudo isto é cultura, tudo isto é informação.

Esta convergência conceitual torna imperioso o debate sobre a extensão cultural da informação e sobre o recorte informacional da cultura. Um debate que não é alheio a contributos como o de José Bragança de Miranda. Em sua *Teoria da Cultura* aborda, por um lado, as principais questões teóricas e metodológicas levantadas pelo estudo da cultura contemporânea e, por outro, propõe um mapa conceitual dos problemas cruciais com que nos confrontamos, hoje, como a técnica, a imagem, a fantasmagoria, a adição, a erótica, a esteticização e a globalização (Miranda, 2002). A apropriação mental (individual e coletiva) da técnica torna-se um tópico central na indagação e reflexão científicas tanto da informação, como da cultura atual.

Um tópico que pode e deve convocar, em articulação interdisciplinar, as abordagens de pesquisadores de CI e de CC. Tanto mais que, nele, se encaixa naturalmente a problemática da mediação tecnológica, em particular, e da mediação info-comunicacional, que pode ser vista como algo mais ampla, embora o termo mediação e o verbo mediar possuam, em si, uma efetiva amplitude semântica: é o ato de se colocar no meio de qualquer coisa ou ser vivo, de resolver tensões e conflitos e de criar um meio ou canal que transporte algo de um ponto (um emissor) a outro (um recetor). Mas, voltemos às aceções que importa, aqui, destacar.

A identificação de jornais, revistas, livros e dispositivos emissores (telégrafo, telefone, cinematógrafo, gramofone, radiofonia e televisão), como meios de comunicação, instituiu e generalizou a mediação, vários tipos de *media* e a própria media-metria como conceitos operatórios relevantes nas CC. Basta folhear o *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication* (1997), para se perceber a importância destes vocábulos na terminologia operativa e investigativa da área, com o destaque dado, naturalmente, ao verbete mediação¹⁰. Definida como a instância que assegura, na comunicação e na vida social, a articulação entre a dimensão individual do sujeito e da sua singularidade, e a dimensão coletiva da sociedade e da pertença social. Neste sentido, a língua e a simbólica constituem mediações, assim como os *media* e as outras formas sociais de comunicação, porque assumem, no espaço público, a apropriação singular, pelos seus leitores ou seus utilizadores de uma maneira geral, informações que constituem a cultura coletiva característica de uma identidade, de um grupo social ou de um país num certo momento da sua história. A mediação constitui, na comunicação mediatizada, o elo ou a ponte entre o enunciador e o destinatário, pela qual se fundam e se garantem a coerência e a continuidade institucionais da comunicação comprometida. Mais ainda: a mediação, na perspetiva sociológico-comunicacional, patente no verbete do referido dicionário, manifesta-se pela emergência de uma linguagem, de um sistema de representações comum a toda uma sociedade, a toda uma cultura e, ao mesmo tempo, a emergências desse sistema de representação constrói um sistema social, coletivo, de pensamento, de relações, de vida, enfim, uma sociabilidade (Lamizet & Silem, 1997: 364).

Não é preciso prosseguir muito mais na leitura do verbete para compreendermos que a mediação, enquanto conceito operatório definido pela sociologia para a dinâmica sócio-comunicacional, não pode esgotar-se nessa aplicação e é possível e desejável estendê-lo à problemática informacional. Estranhamente, são assaz escassos os contributos no campo da CI, de uso e adaptação do conceito em pauta, para analisar cientificamente o modo como os serviços clássicos de informação (Arquivo, Biblioteca e Museu) foram, desde o tempo em que se criaram, até esta nova Era onde já estamos, concebendo e estruturando a articulação com o seu “público-alvo”. Apesar de alguma especificidade, esses serviços são espaços de mediação comunicacional,

¹⁰ Com raiz nos *media* e na mediação, Régis Debray criou e propôs a mediologia como disciplina específica que estuda as relações entre fatos comunicacionais e de poder, ou ainda a influência complexa (não linear) de uma inovação mediática sobre um movimento intelectual.

em que há enunciação (nunca neutra) e receção de conteúdos, mensagens, ou seja, de informação. Sem esta, o processo comunicacional é uma rotunda impossibilidade!... E, nesses serviços, gerou-se um paradoxo em vias, hoje, de definitiva superação: os artefatos culturais acumulados, inventariados, catalogados, organizados e preservados destinavam-se a um acesso público gratuito e irrestrito, mas, na prática a lógica custodial contaminou as atitudes e até a estratégia racional de mediação.

Daí que em artigo (inserido, depois, em livro) tenha sido feita a apropriação do conceito de mediação pela CI, distinguindo-se duas categorias bem vincadas: a mediação custodial e a pós-custodial (Silva & Ribeiro, 2011: 156-186). E, se nos detivermos na segunda categoria, fica evidente uma convergência conceitual e operativa com os estudos de mediação no processo comunicacional, enriquecendo-os visivelmente. A figura do prosumidor (produtor de informação, mediador através da função mediadora das novas tecnologias e consumidor intensivo da “infor-net”) só tem plena inteligibilidade, se conseguirmos proceder ao exame exploratório e analítico a montante da fase comunicacional. Ou seja, se percebermos efetivamente que, sendo profundamente complementares, informação e comunicação humanas e sociais não são, nem podem ser, simétricas. Temos, aqui, um aspeto – mais um... – de confluência investigativa, com benefício direto na construção das CCI.

Por fim, vale a pena trazer à colação outro aspeto que está a ganhar crescente relevância no seio da CI. Referimo-nos ao comportamento informacional, entendido como o modo de ser e reagir de uma pessoa, ou de um grupo, numa determinada situação e contexto, impelido por necessidades induzidas ou espontâneas, no que toca, especificamente, ao processo de busca, seleção/avaliação, assimilação, uso e reprodução de informação (Silva, 2006: 143). Deriva diretamente dos “clássicos” estudos de utilizador ou de usuário, patentes já como indispensáveis no tratado de Otlet (1934), e constitui uma das três áreas nucleares do objeto da CI trans e interdisciplinar: produção, organização e representação da informação (ORI) e comportamento informacional. Uma área que abrange problemáticas de grande acuidade, como a da literacia da informação *versus* literacias várias. Tópico presente na agenda de pesquisa de outras ciências sociais, sendo de destacar o relevo que conquistou nas CC, combinando outros conceitos-chave: cultura, sociedade, literacias, medias... O uso da palavra literacia e sua conceituação merece, em CI, um cuidado que é vantajoso exportar para a as CC. Definindo-se literacia informacional como conjunto de competências críticas e a capacidade seletiva e sintetizadora na busca e uso da informação (Silva, 2006: 154), deduz-se que a alfabetização escolar elementar, isto é, aprender a ler, escrever e contar, assim como a aquisição de competências, na adaptação e uso de dispositivos tecnológicos e das mais diversas plataformas digitais, não cabem dentro da definição apresentada. E, por isso, tem sido proposta, no âmbito da CI, a distinção operativa entre alfabetização, inclusão digital e literacia informacional (Silva, 2008), mas sem que haja ainda consenso a este respeito, quer nesse campo específico e, muito menos, fora dele.

Há razões para que se aprofundem os conceitos, se busque um consenso, que parece bastante urgente e possível na emergente interdisciplina das CCI, em

construção, tendo em vista o desenvolvimento de pesquisas articuladas e conjuntas. Os chamados “social media”, o ciberjornalismo, a aplicação da semiótica em geral e da cibersemiótica¹¹ de Soren Brier (2008), a problemática da receção de conteúdos multimédia, os mecanismos de publicidade e *marketing* (tradicional e neuronal), formam, sem esgotar, um rico leque de interesses temáticos que mobilizam a pesquisa nas CC e não são, de modo algum, alheios, antes cruzam e se misturam, aos estudos de comportamento e literacia em CI, na medida em que os resultados e a compreensão global, que se visa obter, tem reflexos diretos na atividade dos profissionais da informação e da comunicação.

Outros aspetos poderíamos apontar e explorar, como “zonas fortes” de sedimentação, a partir da dimensão epistemológica (bases e estratégias de construção de um conhecimento científico unificado na pluralidade dos olhares teóricos e preferências metodológicas), da interdisciplina CCI, mas nesta comunicação o exercício feito talvez já permita uma reflexão e uma discussão aberta e frutífera entre todos os interessados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Brier, S. (2008). *Cybersemiotics: why information is not enough!* Toronto: University of Toronto Press.
- Cuche, D. (2003). *A Noção de cultura nas ciências sociais*. Lisboa: Fim do Século Edições.
- Escarpit, Robert (1991). *L'information et la communication: théorie générale*. Paris: Librairie Hachette.
- Lamizet, B. & Silem, A. (1997). *Dictionnaire encyclopédique des sciences de l'information et de la communication*. Paris: Ellipses.
- Laraia, R. de B. (2006). *Cultura*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- López-Yepes, J. (ed.) (2004). *Diccionario enciclopédico de ciencias de La documentación*, 2 vols. Madrid: Editorial Síntesis.
- López-Yepes, J. (1978). *Teoría de La documentación*. Barañain-Pamplona: Ediciones Universidad de Navarra.
- Meyriat, J. & Miège, B. (2002). Le projet des SIC: de l'émergent à l'irréversible (fin des années 1960-milieu des années 1980). In R. Boure (éd). *Les origines des sciences de l'information et de la communication: regards croisés*. Villeneuve - d'Ascq (Nord): Presses Universitaires du Septentrion.
- Metzger, J.-P. (2006). L'information-documentation. In S. Olivesi (Dir.). *Sciences de l'information et de la communication* (pp. 43-62). Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Miège, B. (2000). *O pensamento comunicacional. Tradução de Guilherme de Freitas Teixeira. Apresentação, revisão técnica e notas de Edgard Rebouças*. Petrópolis, RJ: Editora Vozes.
- Miranda, J. A. B. de (2002). *Teoria da cultura*. Lisboa; Edições Séclo XXI.

¹¹ Foi assumida como uma abordagem transdisciplinar em Informação, Cognição e Estudos de Comunicação através da integração teoria comunicacional de Niklas Luhmann e da Semiótica de Pierce.

- Moreiro González, J.A. (2005). *Conceptos introductorios al estudio de la información documental*. Salvador, Bahia: EDUFA; Fondo Editorial de La Pontificia Universidad Católica Del Peru.
- Mucchielli, A. (2006). *Les sciences de l'information et de la communication*. 4e. édition. Paris: Hachette.
- Silva, A. M. da (2006). *A informação: da compreensão do fenómeno e construção do objecto científico*. Porto: Edições Afrontamento / Cetac.Media.
- Silva, A. M. da (2008). Inclusão digital e literacia informacional em ciência da informação. *Prisma. Com. Revista de Ciências e Tecnologias de Informação e Comunicação* do CETAC.Media, 7. Disponível em <http://revistas.ua.pt/index.php/prismacom/issue/view/N.%207>. Acesso em 13.02.2014.
- Silva, A. M. da & Ribeiro, F. (2011). *Paradigmas, serviços e mediações em ciência da informação*. Recife: Néctar.
- Silva, A. M. da & Ribeiro, F. (2002). *Das "ciências" documentais à ciência da informação: ensaio epistemológico para um novo modelo curricular*. Porto: Afrontamento.
- Warnier, J-P. (2008). *La Mondialisation de la culture*. 4ème ed. Éditions La Découverte.

OUTRAS REFERÊNCIAS

- Wikipédia*. Disponível em https://pt.wikipedia.org/wiki/Wikipédia:Página_principal. Acesso em 12.02.2014.